

Câmara de Vereadores de Balneário Camboriú

Edital de Concurso Público 01/2010

Edital nº 01/2010 • Processo nº 16/2010

<http://camarabalneario.fepese.org.br>

Caderno de Prova



14 de novembro



das 15 às 19 h



4 h*



40 questões



S4

Contador



Confira o número que você obteve no ato da inscrição com o que está indicado no cartão-resposta.

* A duração da prova inclui o tempo para o preenchimento do cartão-resposta.

Instruções

Para fazer a prova você usará:

- este **caderno de prova**;
- um **cartão-resposta** que contém o seu nome, número de inscrição e espaço para assinatura.

Verifique, no caderno de prova, se:

- faltam folhas e a sequência de questões está correta.
- há imperfeições gráficas que possam causar dúvidas.

Comunique imediatamente ao fiscal qualquer irregularidade.

Atenção!

- Não é permitido qualquer tipo de consulta durante a realização da prova.
- Para cada questão são apresentadas 5 (cinco) alternativas diferentes de respostas (a, b, c, d, e). Apenas uma delas constitui a resposta correta em relação ao enunciado da questão.
- A interpretação das questões é parte integrante da prova, não sendo permitidas perguntas aos fiscais.
- Não destaque folhas da prova.

Ao terminar a prova, entregue ao fiscal o caderno de prova completo e o cartão-resposta devidamente preenchido e assinado.

Conhecimentos Gerais

(15 questões)

Língua Portuguesa

8 questões

Texto

Em São Roque de Minas, volta e meia desce a rua um carro de boi, rangendo as rodas como manda o figurino. As casas são simples, com assoalho de madeira, fogão a lenha e pequenas janelas coloridas que se abrem para as montanhas da Serra da Canastra. Fazendo o seu papel nesse pitoresco quase inverossímil, pessoas na soleira da porta sorriem para qualquer forasteiro.

A cidadezinha no sudoeste de Minas, a cerca de 300 quilômetros de Belo Horizonte, foi primeiro um povoado que, em 1938, emancipou-se com o nome de Guia Lopes. Era uma homenagem a um filho da região, o herói que ajudara o estropiado Exército brasileiro a voltar da guerra do Paraguai, no episódio da Retirada da Laguna. Mas a população julgou que depositar o destino nas mãos de um herói secular era brincar com a sorte, de modo que, em 1962, graças ao Senhor, um plebiscito pôs o pingo nos is e o vilarejo passou a viver sob as bênçãos de Roque, santo do século XIV, protetor contra a peste e doenças contagiosas em geral, inclusive do gado, padroeiro de inválidos e cirurgiões. A troca foi sábia.

Acontece que, mesmo com atributos tão superiores aos do guia Lopes, São Roque não passa de um coadjuvante na cidade que leva seu nome. O município guarda a nascente do rio São Francisco, que brota no alto da serra. São suas águas que abastecem torneiras, bicas e córregos. Em homenagem ao rio e por devoção ao santo, a população faz o que pode. Para não correr o risco de ficar sem água para a família, para os animais e para a lavoura, sem falar no desconforto de ter o corpo possuído pelo diabo, melhor não desgrudar do santo de Assis.

Muitos afirmam que em São Roque de Minas todo mundo tem Francisco na família. Francisco Cota, Francisca Silva, Francisco José. Eles representariam cerca de 10% da população de 6 301 moradores, segundo cálculos à moda da casa realizados pelos próprios Franciscos.

Esclareça-se que os tais 10% dizem respeito apenas aos que levam Francisco na carteira de identidade. Isso jamais impediu que os 90% restantes, desafortunados todos eles, não dessem um jeito. No caso de pais que tenham se comprometido a batizar o filho com o nome de outro cristão, desprotegido é que o recém-nascido não fica. O coitadinho recebe o apelido de Chico ou Chica, mesmo não se chamando Francisco.

O povo deve ter razão, porque se passam as gerações e a multidão de Franciscos só aumenta. De outra parte, o lugar está livre de Toncruzes, Bredepites e Henricastelis. Se bem que aqui o santo é outro. Se a cidade é imune a essa praga onomástica, o mérito é de São Roque. Que, aliás, era franciscano.

Texto adaptado da revista *PIAUI*: p. 11, n. 48, ano 4, set. 2010.

1. Assinale a alternativa que apresenta um título adequado ao texto.
- a. Franciscolândia.
 - b. Os religiosos franciscanos.
 - c. As águas do Rio São Francisco.
 - d. A vida difícil em São Roque de Minas.
 - e. O guia Lopes, um herói da Guerra do Paraguai.
-

2. Assinale a alternativa **correta**, de acordo com o texto.

- a. Embora uma cidadezinha no sudoeste de Minas se chame Guia Lopes, muitos habitantes são devotos de São Francisco e de São Roque e, para pedir graças aos santos cristãos, batizam os filhos com os nomes deles.
- b. Um povoado a cerca de 300 quilômetros de Belo Horizonte tem uma característica original: todas as pessoas têm Francisco no nome, menos os que são devotos de São Roque ou de Guia Lopes.
- c. Em uma pequena cidade do interior de Minas Gerais, grande parte dos moradores chama-se Francisco ou tem como apelido Chico ou Chica, em homenagem ao santo que dá nome ao rio cuja nascente situa-se nas proximidades do município.
- d. As crianças que nascem em São Roque de Minas são desafortunadas porque têm obrigatoriamente que se chamar Francisco ou Francisca, caso contrário não serão protegidas pelo santo que dá nome à cidade.
- e. A cidade está imune a pragas, como peste ou doenças contagiosas, porque é protegida por São Roque. Só não está protegida da praga onomástica, que é dar nomes aos filhos por influência de santos e artistas.

3. Considere as afirmativas abaixo, relativas ao texto.

- 1. No primeiro parágrafo há uma descrição da cidade, no qual a expressão “nesse pitoresco quase inverossímil” quer dizer que tão pitoresca é a cidade que é difícil de acreditar que seja verdade.
- 2. No segundo parágrafo, a frase: “o herói que ajudara o estropiado Exército brasileiro a voltar da guerra do Paraguai”, diz que o guia Lopes tornou-se um herói no povoado mineiro porque ajudou os soldados que lutaram na Retirada da Laguna a voltarem sãos e salvos para casa.
- 3. No terceiro parágrafo, a frase: “São Roque não passa de um coadjuvante na cidade que leva seu nome” significa que o santo que dá nome à cidade não é o mais venerado pelos seus moradores, tem um papel secundário.
- 4. No último parágrafo, o autor do texto dá importância a São Roque, pois atribui a ele o fato de que a cidade está livre de um certo tipo de praga: a onomástica, que seria a atribuição às crianças que nascem ali de nomes inspirados em artistas conhecidos.

Assinale a alternativa que indica todas as afirmativas **corretas**.

- a. São corretas apenas as afirmativas 1 e 3.
- b. São corretas apenas as afirmativas 1 e 4.
- c. São corretas apenas as afirmativas 3 e 4.
- d. São corretas apenas as afirmativas 1, 2 e 3.
- e. São corretas apenas as afirmativas 1, 3 e 4.

Câmara de Vereadores de Balneário Camboriú

4. Assinale a alternativa que apresenta expressão em sentido figurado.

- a. () A troca foi sábia.
- b. () São suas águas que abastecem torneiras, bicas e córregos.
- c. () O povo deve ter razão, porque se passam as gerações e a multidão de Franciscos só aumenta.
- d. (X) Em São Roque de Minas, volta e meia desce a rua um carro de boi, rangendo as rodas como manda o figurino.
- e. () No caso de pais que tenham se comprometido a batizar o filho com o nome de outro cristão, desprotegido é que o recém-nascido não fica.

5. Relacione a classificação da coluna 1 com os termos sublinhados na coluna 2, de acordo com as funções sintáticas que desempenham no texto.

Coluna 1

- 1. adjunto adverbial
- 2. predicativo do sujeito
- 3. sujeito simples
- 4. objeto direto

Coluna 2

- () As casas são simples...
- () O município guarda a nascente do rio São Francisco...
- () Muitos afirmam que em São Roque de Minas todo mundo tem Francisco na família.
- () Se a cidade é imune a essa praga onomástica...

Assinale a alternativa que indica a sequência **correta**, de cima para baixo.

- a. () 2 – 3 – 4 – 1
- b. () 2 – 4 – 1 – 3
- c. () 3 – 1 – 2 – 4
- d. () 3 – 1 – 4 – 2
- e. (X) 3 – 4 – 1 – 2

6. Assinale a alternativa na qual ocorreria crase se a palavra sublinhada fosse substituída pela que está entre parênteses.

- a. () ...o herói que ajudara o estropiado Exército brasileiro... (tropa)
- b. (X) Acontece que, mesmo com atributos tão superiores aos do guia Lopes, São Roque não passa de um coadjuvante... (virtudes)
- c. () Era uma homenagem a um filho da região... (filha)
- d. () No caso de pais que tenham se comprometido a batizar o filho com o nome de outro cristão... (apelidar)
- e. () Se a cidade é imune a essa praga onomástica... (peste)

7. Relacione a classificação quanto à predicação verbal, da coluna 1, com os verbos sublinhados nas orações da coluna 2.

Coluna 1

- 1. Verbo transitivo direto
- 2. Verbo intransitivo
- 3. Verbo transitivo direto e indireto

Coluna 2

- () "depositar o destino nas mãos de um herói secular"
- () "o coitadinho recebe o apelido de Chico ou Chica"
- () "a multidão de Franciscos só aumenta"

Assinale a alternativa que indica a sequência **correta**, de cima para baixo.

- a. () 1 – 2 – 3
- b. () 2 – 3 – 1
- c. () 2 – 1 – 3
- d. (X) 3 – 1 – 2
- e. () 3 – 2 – 1

8. Identifique as afirmativas verdadeiras (V) e falsas (F), de acordo com as regras da gramática normativa.

- () Quanto à colocação dos pronomes pessoais “se” destacados no texto, pode-se afirmar que há três ocorrências de ênclise.
- () Os vocábulos “sábia”, “município” e “família” seguem a mesma regra de acentuação gráfica.
- () Se a frase do texto for reescrita como segue: “Esclareço que os tais 10% diz respeito apenas aos que levam Francisco nas carteiras de identidades.” ela permanece correta quanto às concordâncias verbal e nominal.

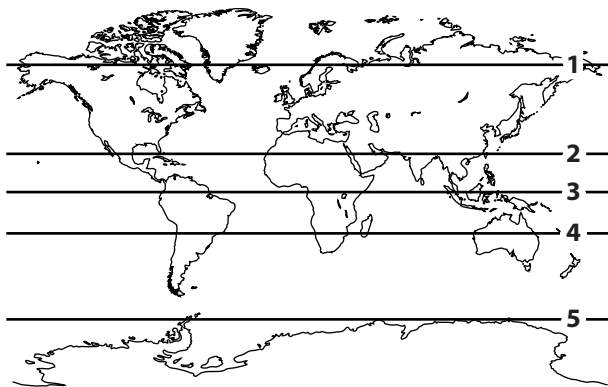
Assinale a alternativa que indica a sequência **correta**, de cima para baixo.

- a. (X) F – V – F
- b. () F – V – V
- c. () V – F – F
- d. () V – V – F
- e. () V – V – V

Estudos Sociais

7 questões

9. Analise o mapa abaixo:



Assinale a alternativa que indica a linha localizada no mapa com o número 4.

- a. () Equador.
- b. () Círculo Polar Ártico.
- c. () Círculo Polar Antártico.
- d. (X) Trópico de Capricórnio.
- e. () Trópico de Câncer.

10. Teve grande repercussão o debate em torno do projeto de instalação no litoral catarinense, na região de Biguaçu, de um grande estaleiro. Em um primeiro momento o empreendimento não obteve a necessária licença. Assinale a alternativa que indica o principal óbice para a construção do estaleiro.

- a. () O impacto econômico. A obra traria grande desenvolvimento à região litorânea, mas faria crescer os problemas sociais.
- b. (X) O impacto ambiental. A licença ambiental foi negada em virtude de a obra estar próxima de unidades de conservação.
- c. () Os problemas de logística. A região não dispõe de acesso terrestre a portos exportadores ou às demais regiões do Brasil.
- d. () A falta de recursos naturais. Não existem no local água potável, redes de distribuição de energia e matérias primas necessárias ao funcionamento do empreendimento.
- e. () Os problemas culturais. A população local e regional é avessa aos empreendimentos de grande escala por acreditar que, como atraem pessoas de outras regiões e do mundo, poderão descaracterizar a cultura açoriana.

11. Quando os portugueses desembarcaram no Brasil encontraram os povos indígenas.

Assinale a alternativa **correta** a respeito desses povos.

- a. () Embora divididos, organizavam-se em duas únicas grandes tribos: os tupis que habitavam o litoral e os tapuias que viviam no interior.
- b. () De caráter dócil e pacífico, desconheciam a guerra e viviam em perfeita harmonia com a natureza.
- c. (X) Formavam uma população heterogênea, dividida em inúmeros povos que falavam línguas diferentes.
- d. () Viviam da caça, pesca e coleta de frutos e raízes, não possuindo técnicas agrícolas, mesmo as mais rudimentares.
- e. () Embora tivessem uma organização política diferente dos povos europeus, obedeciam a um chefe que lhes ditava as leis. Estas, no entanto, deviam ser aprovadas pela assembleia da tribo que se reunia na “coivara”.

Câmara de Vereadores de Balneário Camboriú

12. Assinale a alternativa **correta** em relação à administração das primeiras vilas e cidades brasileiras.

- a. A administração das primeiras vilas e cidades brasileiras era entregue às Câmaras, compostas por vereadores escolhidos pelos “homens bons”.
- b. As vilas e cidades coloniais eram desprovidas de qualquer autonomia e sua administração era totalmente vinculada à Casa de Contratação e ao Conselho do Rei que, de Lisboa, governavam o império português.
- c. O governo português estendeu ao continente americano a estrutura absolutista metropolitana e proibiu a participação de brasileiros, mesmo que nascidos no reino e de pai português, em qualquer instância administrativa na colônia.
- d. Nas vilas e cidades coloniais, a administração era repartida entre o governador nomeado pelo rei, os clérigos (homens bons) e os juizes, entre os quais os “de Vara” detinham maior poder.
- e. As vilas e cidades do período colonial não conheceram uma organização administrativa. Seu destino era confiado aos coronéis da Guarda Nacional que exerciam poder de polícia e aplicavam as leis, sem que lhes fosse imposto qualquer limite.

13. A influência negra foi notável na formação da cultura brasileira. Assinale a alternativa que faz referência a algumas das suas contribuições.

- a. As polcas e marchinhas, produto da fusão dos ritmos europeus e africanos.
- b. O frevo no Recife e o batuque que deu origem ao samba, no Rio de Janeiro.
- c. A culinária com destaque para a *golonka*, prato em que se misturam o repolho e a carne de porco.
- d. A arte concreta da qual é maior expressão hoje em dia o músico carioca Max Bill.
- e. O sincretismo religioso, fonte em que se inspirou a “Cabala”, que tenta explicar a natureza divina.

14. Nos anos 1920/30, com a ascensão do fascismo na Itália e do nazismo na Alemanha, movimentos congêneres surgiram em várias partes do mundo.

Assinale a alternativa que pode ser **corretamente** relacionada ao assunto.

- a. Luiz Carlos Prestes, inspirado nos ideais fascistas, criou a Aliança Nacional Libertadora.
- b. Em Santa Catarina os nazistas tentaram tomar o poder criando na capital o chamado “Governicho do Desterro”.
- c. Tropas vindas de Blumenau, comandadas por Hercílio Luz, invadiram a capital do Estado e derrubaram o governo em mãos dos Federalistas.
- d. A República Catarinense, fundada em Laguna pelos revoltosos farroupilhas, pretendia estabelecer um governo nacional socialista em terras brasileiras.
- e. No Brasil, o escritor Plínio Salgado criou a Ação Integralista Brasileira (AIB), que apresentava semelhanças com o fascismo europeu.

15. No mês de julho de 2004 ocorreu um fato de grande importância para a história de Balneário Camboriú.

Assinale a alternativa que indica esse acontecimento.

- a. Os primeiros moradores alemães do Vale do Itajaí mandaram construir as primeiras casas de veraneio na região da Avenida Atlântica.
- b. Balneário Camboriú desmembrou-se de Itapema e foi incorporada ao município de Camboriú.
- c. Balneário Camboriú emancipou-se politicamente, tornando-se município.
- d. O movimento revolucionário ordenou o bombardeio de Balneário Camboriú, acreditando que o presidente deposto pudesse organizar uma resistência na cidade.
- e. Foi fundada a Vila da Barra, que deu origem à cidade.

Conhecimentos Específicos

(25 questões)

16. O Ativo Financeiro, a ser demonstrado no Balanço Patrimonial conforme a Lei nº 4.320/64, compreenderá:

- a. () as dívidas fundadas e outros pagamentos independentemente de autorização orçamentária.
- b. (X) os créditos e os valores realizáveis independentemente de autorização orçamentária e os valores numerários.
- c. () os créditos, as dívidas fundadas e os valores realizáveis independentemente de autorização orçamentária e os valores numerários.
- d. () os bens, os créditos e os valores, cuja mobilização ou alienação dependa de autorização legislativa.
- e. () os bens, os créditos, os valores e as dívidas não-fundadas cuja mobilização ou alienação dependa de autorização legislativa.

17. De acordo com o artigo 2º da Lei nº 4.320/64, integrarão a Lei de Orçamento, **exceto**:

- a. (X) quadro demonstrativo do ativo por liquidez e passivo por exigibilidade.
- b. () sumário geral da receita por fontes e da despesa por funções do governo.
- c. () quadro demonstrativo da receita e despesa segundo as categorias econômicas.
- d. () quadro discriminativo da receita por fontes e respectiva legislação.
- e. () quadro das dotações por órgãos do governo e da administração.

18. Segundo o artigo 25 da Lei 101/2000, entende-se por transferência voluntária:

- a. () a entrega de recursos correntes resultante de acordo entre dois ou mais entes federativos, no qual recursos são comprometidos de maneira voluntária a título de cooperação, auxílio ou assistência financeira.
- b. () a entrega de benefício ou serviço de saúde, previdência e assistência social, realizado de maneira voluntária por ente da Federação, inclusive os valores destinados aos servidores públicos e militares, ativos e inativos, e aos pensionistas.
- c. () a entrega de recursos ou benefícios aos servidores públicos, a título de cooperação, auxílio ou assistência financeira, que não se constitua salário ou benefício.
- d. () a entrega de recursos correntes ou de capital a outro ente da Federação, a título de cooperação, auxílio ou assistência financeira, que decorra de determinação constitucional, legal ou os destinados ao Sistema Único de Saúde.
- e. (X) a entrega de recursos correntes ou de capital a outro ente da Federação, a título de cooperação, auxílio ou assistência financeira, que não decorra de determinação constitucional, legal ou os destinados ao Sistema Único de Saúde.

19. Os estágios da receita pública são:

- a. () geração, arrecadação e liquidação.
- b. () provisão, arrecadação e recolhimento.
- c. (X) lançamento, arrecadação e recolhimento.
- d. () lançamento, notificação e arrecadação.
- e. () empenho, liquidação e pagamento.

Câmara de Vereadores de Balneário Camboriú

20. São exemplos de receitas correntes:

- a. () receita tributária, receita de operações de crédito, receita de contribuições e receita industrial.
- b. () receita tributária, receita de contribuições, receita de alienação de bens e receita agropecuária.
- c. () receita tributária, receita patrimonial, receita de alienação de bens e receita de amortização de empréstimos.
- d. (X) receita tributária, receita de contribuições, receita patrimonial e receita industrial.
- e. () receita de contribuições, receita patrimonial, receita agropecuária e receita de operações de crédito.

21. O Orçamento Público compreende a elaboração e execução das seguintes leis:

- a. (X) plano plurianual (PPA), diretrizes orçamentárias (LDO) e orçamento anual (LOA).
- b. () diretrizes orçamentárias (LDO), orçamento anual (LOA) e responsabilidade fiscal (LRF).
- c. () plano plurianual (PPA), orçamento anual (LOA) e responsabilidade fiscal (LRF).
- d. () diretrizes orçamentárias (LDO), orçamento anual (LOA) e diretrizes fiscais (LDF).
- e. () plano plurianual (PPA), diretrizes orçamentárias (LDO) e responsabilidade fiscal (LRF).

22. São exemplos de despesas de capital:

- a. () pessoa civil, pessoal militar, serviços de terceiros e material de consumo.
- b. () pessoal militar, serviços em regime de programação especial, material permanente e equipamentos e instalações.
- c. (X) obras públicas, serviços em regime de programação especial, material permanente e equipamentos e instalações.
- d. () obras públicas, serviços em regime de programação especial, pessoa civil e equipamentos e instalações.
- e. () obras públicas, serviços em regime de programação especial, material permanente e material de consumo.

23. De acordo com artigo 19 da Lei nº 101/2000, a despesa total com pessoal, em cada período de apuração e em cada ente da Federação, não poderá exceder os seguintes percentuais da receita corrente líquida:

- a. () 40% no caso da União; 50% no caso dos Estados e 60% no caso dos Municípios.
- b. () 50% no caso da União; 50% no caso dos Estados e 40% no caso dos Municípios.
- c. () 50% no caso da União; 50% no caso dos Estados e 60% no caso dos Municípios.
- d. (X) 50% no caso da União; 60% no caso dos Estados e 60% no caso dos Municípios.
- e. () 60% no caso da União; 60% no caso dos Estados e 50% no caso dos Municípios.

24. De acordo com o Título IX - Da Contabilidade, da Lei nº 4.320/64, é **incorreto** afirmar:

- a. () Os débitos e créditos serão escriturados com individualização do devedor ou do credor e especificação da natureza, importância e data do vencimento, quando fixada.
- b. () A escrituração sintética das operações financeiras e patrimoniais efetuar-se-á pelo método das partidas dobradas.
- c. () A contabilidade evidenciará os fatos ligados à administração orçamentária, financeira patrimonial e industrial.
- d. () Haverá controle contábil dos direitos e obrigações oriundos de ajustes ou contratos em que a administração pública for parte.
- e. (X) Ressalvada a competência da contabilidade, a tomada de contas dos agentes responsáveis por bens ou dinheiros públicos será realizada ou superintendida pelo Tribunal de Contas ou órgão equivalente.

25. De acordo com o artigo 92 da Lei nº 4.320/64, a dívida fluante compreende:

- a. () os restos a pagar, incluídos os serviços da dívida; os serviços da dívida a pagar; os depósitos; e os débitos de tesouraria.
- b. (X) os restos a pagar, excluídos os serviços da dívida; os serviços da dívida a pagar; os depósitos; e os débitos de tesouraria.
- c. () os restos a pagar, excluídos os serviços da dívida; os serviços da dívida a pagar; os depósitos; e os créditos de tesouraria.
- d. () os restos a pagar, incluídos os serviços da dívida; os serviços da dívida a pagar; os depósitos; e os créditos de tesouraria.
- e. () os restos a pagar, excluídos os serviços da dívida; os serviços da dívida a pagar; os depósitos; e os débitos e créditos de tesouraria.

26. A despesa obrigatória de caráter continuado é:

- a. () a despesa de capital derivada de lei, medida provisória ou ato administrativo normativo que fixe para o ente a obrigação legal de sua execução por um período superior a dois exercícios.
- b. () a despesa de caráter extraordinário, derivada de evento catastrófico, que fixe para o ente a obrigação legal de sua execução no exercício social em questão.
- c. (X) a despesa corrente derivada de lei, medida provisória ou ato administrativo normativo que fixe para o ente a obrigação legal de sua execução por um período superior a dois exercícios.
- d. () a despesa corrente derivada de lei, medida provisória ou ato administrativo normativo que fixe para o ente a obrigação legal de sua execução por um período inferior a dois exercícios.
- e. () a despesa contínua, cuja contrapartida seja uma receita de caráter continuado, que fixe para o ente legal a obrigação recorrente de sua execução por um período superior a um exercício.

27. Conforme o artigo 106 da Lei nº 4.320/64, no que diz respeito aos elementos patrimoniais, é **correto** afirmar:

- a. () É vedado realizar reavaliações nos bens móveis e imóveis.
- b. () Os bens de almoxarifado devem ser mensurados pelo preço médio ponderado das compras ou pelo respectivo valor de mercado, dos dois ou menor.
- c. () Os débitos e créditos, bem como os títulos de renda, devem ser avaliados pelo valor de realização, feita a conversão, quando em moeda estrangeira, à taxa de câmbio vigente na data do balanço.
- d. (X) Os valores em espécie, assim como os débitos e créditos, quando em moeda estrangeira, deverão figurar ao lado das correspondentes importâncias em moeda nacional.
- e. () As variações resultantes da conversão dos débitos, créditos e valores em espécie não devem ser levadas à conta patrimonial.

28. Para os efeitos da Lei nº 101/2000, entende-se como ente da Federação:

- a. (X) a União, cada Estado, o Distrito Federal e cada Município.
- b. () a União, cada Estado, o Distrito Federal, cada Município e cada empresa estatal.
- c. () a União, cada Estado, cada Município e cada autarquia pública.
- d. () a União, cada Estado, o Distrito Federal, cada Município e cada empresa estatal dependente.
- e. () cada Estado, o Distrito Federal, cada Município e cada autarquia pública.

29. Conforme o artigo 41 da Lei nº 4.320/64, os créditos adicionais classificam-se em:

- a. () recorrentes, não-recorrentes e especiais.
- b. () recorrentes, não-recorrentes e extraordinários.
- c. (X) suplementares, especiais e extraordinários.
- d. () suplementares, especiais e extraorçamentários.
- e. () orçamentários, extraorçamentários e especiais.

Câmara de Vereadores de Balneário Camboriú

30. De acordo com o Capítulo III – Da Contabilidade Patrimonial e Industrial, da Lei nº 4.320/64, é **incorreto** afirmar:

- a. () A contabilidade manterá registros sintéticos dos bens móveis e imóveis.
- b. () Para fins orçamentários e determinação dos devedores, ter-se-á o registro contábil das receitas patrimoniais, fiscalizando-se sua efetivação.
- c. () Haverá registros analíticos de todos os bens de caráter permanente, com indicação dos elementos necessários para a perfeita caracterização de cada um deles e dos agentes responsáveis pela sua guarda e administração.
- d. () O levantamento geral dos bens móveis e imóveis terá por base o inventário analítico de cada unidade administrativa e os elementos da escrituração sintética na contabilidade.
- e. (X) A dívida fundada compreende os compromissos de exigibilidade inferior a doze meses, contraídos para atender ao desequilíbrio orçamentário ou a financeiro de obras e serviços públicos.

31. O objetivo da lei orçamentária anual (LOA) é:

- a. (X) estimar as receitas que o governo espera arrecadar durante o ano e fixar os gastos a serem realizados com tais recursos.
- b. () orientar a elaboração e execução do orçamento anual e tratar de vários outros temas, como alterações tributárias, gastos com pessoal, política fiscal e transferências da União.
- c. () estabelecer as normas gerais de finanças públicas a serem observadas pelos três níveis de governo: federal, estadual e municipal.
- d. () estabelecer os projetos e os programas de longa duração do governo, definindo objetivos e metas da ação pública para um período de quatro anos.
- e. () estabelecer normas de gestão financeira e patrimonial da administração direta e indireta, bem como condições para a instituição e funcionamento de fundos.

32. De acordo com o Capítulo IV – Dos Balanços, da Lei nº 4.320/64, é **incorreto** afirmar:

- a. () O balanço orçamentário demonstrará as receitas e despesas previstas em confronto com as realizadas.
- b. (X) Os restos a pagar do exercício serão computados na despesa extraorçamentária para compensar sua inclusão na receita orçamentária.
- c. () O passivo permanente compreenderá as dívidas fundadas e outras que dependam de autorização legislativa para amortização ou resgate.
- d. () O balanço financeiro demonstrará a receita e a despesa orçamentárias bem como os recebimentos e os pagamentos de natureza extraorçamentária, conjugados com os saldos em espécie provenientes do exercício anterior, e os que se transferem para o exercício seguinte.
- e. () A demonstração das variações patrimoniais evidenciará as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indicará o resultado patrimonial do exercício.

33. De acordo com o artigo 105 da Lei nº 4.320/64, o Balanço Patrimonial deverá apresentar:

- a. () o ativo circulante; o ativo permanente; o passivo circulante; o passivo permanente e o patrimônio líquido ou passivo a descoberto.
- b. () o ativo financeiro; o ativo permanente; o passivo financeiro; o passivo permanente; e o superávit ou déficit do exercício.
- c. () o ativo financeiro; o ativo realizável a longo prazo; o ativo permanente; o passivo financeiro; o passivo exigível a longo prazo; o saldo patrimonial; e as contas de compensação.
- d. (X) o ativo financeiro; o ativo permanente; o passivo financeiro; o passivo permanente; o saldo patrimonial; e as contas de compensação.
- e. () o ativo financeiro; o ativo permanente; o passivo financeiro; o passivo exigível a longo prazo; os resultados de exercícios futuros; e as contas de compensação.

34. A lei de diretrizes orçamentárias atenderá ao disposto no § 2º do artigo 165 da Constituição e **não** disporá sobre:

- a. () equilíbrio entre receitas e despesas.
- b. () critérios e forma de limitação de empenho.
- c. () condições e exigências para transferências de recursos a entidades públicas e privadas.
- d. () normas relativas ao controle de custos e à avaliação dos resultados dos programas financiados com recursos dos orçamentos.
- e. (X) destinações de recursos provenientes das operações de crédito, inclusive por antecipação de receita.

35. Conforme a Seção III - Da Lei Orçamentária Anual, da Lei nº 101/2000, no que diz respeito ao Banco Central do Brasil, é **correto** afirmar:

- a. () O resultado Banco Central do Brasil não constitui receita ou despesa do Tesouro Nacional.
- b. (X) O impacto e o custo fiscal das operações realizadas pelo Banco Central do Brasil serão demonstrados trimestralmente, nos termos em que dispuser a lei de diretrizes orçamentárias da União.
- c. () O resultado do Banco Central do Brasil, apurado após a constituição ou reversão de reservas, constitui receita do Tesouro Nacional, e será transferido após o décimo dia útil subsequente à aprovação dos balanços semestrais.
- d. () O resultado negativo constituirá direito do Tesouro para com o Banco Central do Brasil e será consignado em dotação específica no orçamento.
- e. () Os balanços trimestrais do Banco Central do Brasil conterão notas explicativas sobre os custos da remuneração dos títulos do Tesouro Nacional e a rentabilidade média da carteira de títulos de todos os bancos estatais.

36. De acordo com o artigo 29 da Lei nº 101/2000, que trata da dívida e do endividamento, a seguinte definição está **incorreta**:

- a. (X) Dívida pública mobiliária: dívida pública representada por títulos emitidos pela União, exceto os do Banco Central do Brasil.
- b. () Dívida pública consolidada ou fundada: montante total, apurado sem duplicidade, das obrigações financeiras do ente da Federação, assumidas em virtude de leis, contratos, convênios ou tratados e da realização de operações de crédito, para amortização em prazo superior a doze meses.
- c. () Operação de crédito: compromisso financeiro assumido em razão de mútuo, abertura de crédito, emissão e aceite de título, aquisição financiada de bens, recebimento antecipado de valores provenientes da venda a termo de bens e serviços, arrendamento mercantil e outras operações assemelhadas, inclusive com o uso de derivativos financeiros.
- d. () Concessão de garantia: compromisso de adimplência de obrigação financeira ou contratual assumida por ente da Federação ou entidade a ele vinculada.
- e. () Refinanciamento da dívida mobiliária: emissão de títulos para pagamento do principal acrescido da atualização monetária.

37. De acordo com o artigo 101 da Lei nº 4.320/64, os resultados gerais do exercício serão demonstrados:

- a. () no Balanço Orçamentário, no Balanço Extra-orçamentário, no Balanço Financeiro e no Balanço Patrimonial.
- b. () no Balanço Patrimonial, na Demonstração do Resultado, na Demonstração do Valor Público Adicionado e na Demonstração das Variações Patrimoniais.
- c. () no Balanço Orçamentário, no Balanço Extra-orçamentário, no Balanço Patrimonial e na Demonstração das Variações Patrimoniais.
- d. (X) no Balanço Orçamentário, no Balanço Financeiro, no Balanço Patrimonial e na Demonstração das Variações Patrimoniais.
- e. () no Balanço Financeiro, na Demonstração das Origens e Aplicações dos Recursos Públicos, no Balanço Patrimonial e na Demonstração das Variações Patrimoniais.

Câmara de Vereadores de Balneário Camboriú

38. O Relatório de Gestão Fiscal, a ser emitido pelos titulares dos poderes e órgãos referidos, **não** deverá ser assinado pelo:

- a. () Chefe do Poder Executivo.
- b. (X) Secretário da Receita Federal.
- c. () Presidente e demais membros da Mesa Diretora ou órgão decisório equivalente, conforme regimentos internos dos órgãos do Poder Legislativo.
- d. () Presidente de Tribunal e demais membros de Conselho de Administração ou órgão decisório equivalente, conforme regimentos internos dos órgãos do Poder Judiciário.
- e. () Chefe do Ministério Público, da União e dos Estados.

39. A Demonstração das Variações Patrimoniais tem por objetivo:

- a. () demonstrar a receita e a despesa orçamentárias bem como os recebimentos e os pagamentos de natureza extraorçamentária, conjugados com os saldos em espécie provenientes do exercício anterior, e os que se transferem para o exercício seguinte.
- b. () demonstrar as receitas e despesas previstas em confronto com as realizadas, bem como as variações patrimoniais dos itens correntes e de capital.
- c. (X) evidenciar as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indicar o resultado patrimonial do exercício.
- d. () evidenciar o orçamento inicial, suas alterações, incorporação de superávit e suas novas estimativas, confrontando-os, de maneira individual, com a execução da receita e da despesa.
- e. () evidenciar o resultado econômico, em cada nível de prestação de serviços, fornecimento de bens ou produtos pela entidade pública, obtido do confronto entre a receita econômica e os itens de custos e despesas dos serviços, dos bens ou dos produtos.

40. Segundo o Capítulo VI - da Destinação de Recursos Públicos para o Setor Privado, da Lei 101/2000, é **incorreto** afirmar:

- a. () a destinação de recursos para, direta ou indiretamente, cobrir necessidades de pessoas físicas ou déficits de pessoas jurídicas deverá ser autorizada por lei específica, atender às condições estabelecidas na lei de diretrizes orçamentárias e estar prevista no orçamento ou em seus créditos adicionais.
- b. () na concessão de crédito por ente da Federação a pessoa física, ou jurídica que não esteja sob seu controle direto ou indireto, os encargos financeiros, comissões e despesas congêneres não serão inferiores aos definidos em lei ou ao custo de captação.
- c. () compreende-se incluída a concessão de empréstimos, financiamentos e refinanciamentos, inclusive as respectivas prorrogações e a composição de dívidas, a concessão de subvenções e a participação em constituição ou aumento de capital.
- d. () salvo mediante lei específica, não poderão ser utilizados recursos públicos, inclusive de operações de crédito, para socorrer instituições do Sistema Financeiro Nacional, ainda que mediante a concessão de empréstimos de recuperação ou financiamentos para mudança de controle acionário.
- e. (X) a prevenção e análise do risco de inadimplência ficará a cargo do Banco Central do Brasil e do Tesouro Nacional, devendo levar em conta o perfil do ente credor e os prazos e características das operações de destinação de recursos.

**Página
em Branco.
(rascunho)**



**FEPESE • Fundação de Estudos e
Pesquisas Sócio-Econômicos**
Campus Universitário • UFSC
88040-900 • Florianópolis • SC
Fone/Fax: (48) 3953-1000
<http://www.fepese.org.br>